

EPR Infraestrutura PR S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
com relatório do auditor independente

EPR Infraestrutura PR S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Balancos patrimoniais individuais e consolidado	12
Demonstrações dos resultados individuais e consolidado	13
Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidado	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado	15
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidado	16
Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidado	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidado	18

Relatório da Administração 2023

São Paulo (SP), 15 de abril de 2024 – A EPR Infraestrutura S.A. (“Companhia” ou “EPR Infraestrutura”) divulga seus resultados referentes exercício findo em 2023.

EPR Infraestrutura PR S.A.

A EPR Infraestrutura PR S.A. (“EPR Infraestrutura”) foi constituída em 1º de junho de 2023, tendo por objeto social explorar, no território nacional, projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração direta e/ou da participação em sociedades de propósito específico que se dediquem a empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais.

A EPR Infraestrutura detém 100% do capital votante da EPR Litoral Pioneiro S.A. (“EPR Litoral Pioneiro”). A EPR Litoral Pioneiro tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado “BR-153/277/369 e PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855”, que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, nos termos do contrato de Concessão celebrado junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do Contrato de Concessão. O “Contrato de Concessão nº 002/2023” foi assinado em 30 de janeiro de 2024 e o prazo é de 30 anos.

Grupo EPR

A EPR 2 Participações S.A. (“EPR”), acionista controladora da EPR Infraestrutura é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A EPR é a consolidação da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura.

A EPR, por meio da EPR Litoral Pioneiro, e de outras três concessões (sociedades de propósito específico), administra, três concessões de rodovias no Estado de Minas Gerais e uma concessão de rodovia no Estado do Paraná.

Destaques do ano de 2023:

Captação de recursos

Em 04 de dezembro de 2023, a EPR Infraestrutura realizou a sua 1ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Resolução CVM 160, no valor total de R\$ 250.000 mil.

Desempenho econômico-financeiro

Demonstração do resultado (em R\$ mil)	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	19.961
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-	(19.961)
LUCRO BRUTO	-	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(3)	(2.757)
Equivalência patrimonial	(795)	-
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(798)	(2.757)
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas Financeiras	172	3.114
Despesas Financeiras	(2.437)	(2.577)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(3.063)	(2.220)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Correntes	-	(843)
PREJUÍZO DO PERÍODO	(3.063)	(3.063)
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	(0,1073)	(0,1073)

Receita operacional líquida

A EPR Infraestrutura e a controlada foram constituídas em 2023, e a cobrança de pedágio ainda não foi iniciada até 31 de dezembro de 2023.

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 19.961 mil no período findo em 31 de dezembro de 2023.

Receita (R\$ mil)	2023
Receita Bruta	19.961
Receita de serviços de construção	19.961
Imposto sobre receitas operacionais	-
Receita Líquida	19.961

Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas (R\$ mil)	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Com pessoal	-	(66)
Custos de serviços de construção	-	(19.961)
Serviços de terceiros	(3)	(96)
Outros	-	(2.595)
Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas	(3)	(22.718)

Em 31 de dezembro de 2023, os custos de serviços de construção foram de R\$ 19.961 mil de um total de R\$ 22.718 mil, representando 88% do total de custos operacionais.

Os custos de serviços de construção são relacionados aos custos das obras realizadas em 2023.

EBITDA

O EBITDA totalizou (R\$ 798) mil no período findo em 31 de dezembro de 2023, em função da fase pré-operacional da controlada EPR Litoral Pioneiro.

EBITDA (R\$ mil)	Controladora	Consolidado
Receita operacional líquida	-	19.961
Receita de construção	-	(19.961)
Receita Líquida Ajustada ¹	-	-
Custos operacionais	-	(19.961)
Equivalência patrimonial	(795)	-
Despesas operacionais	(3)	(2.757)
Custos de construção	-	19.961
Custos operacionais (s/ custos de construção)	-	(2.757)
EBIT	(798)	(2.757)
Depreciação e amortização	-	-
EBITDA	(798)	(2.757)
Margem EBITDA ajustada ²	0,00%	0,00%

Conforme a Resolução CVM nº156, de 23 de junho de 2022, segue abaixo a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA:

EBITDA (R\$ mil)	Controladora	Consolidado
Lucro (prejuízo) Líquido	(3.063)	(3.063)
(+) IR e CS - correntes e diferidos	0	843
(+) Resultado financeiro	2.265	(537)
(+) Depreciação e amortização	0	0
EBITDA	(798)	(2.757)

1 A receita líquida ajustada é representada pela receita operacional líquida menos a receita de construção.

2 A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida, excluindo a receita de construção

Resultado financeiro

Resultado Financeiro	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Receitas Financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	172	3.114
Despesas Financeiras		
Encargos Financeiros	(2.358)	(2.358)
Outras despesas	(79)	(219)
Resultado Financeiro	(2.265)	537

A receita financeira consolidada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 3.114 mil representada pelo rendimento de aplicações financeiras.

A despesa financeira consolidada no período findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 2.577 mil referente aos encargos financeiros decorrentes dos juros das debêntures incorridos.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social consolidado no período findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 843 mil.

Prejuízo do período

No período findo em 31 de dezembro de 2023, a EPR Infraestrutura apresentou um prejuízo consolidado de R\$ 3.063 mil.

Endividamento

A EPR Infraestrutura possui saldo de dívida líquida negativa de R\$ 232.904 mil em 31 de dezembro de 2023, como resultado da 1ª emissão de debêntures realizada em 04 de dezembro de 2023.

Endividamento (R\$ mil)	Quantidade	Taxas Contratuais	Vencimento	2023
1ª emissão série única	250.000	CDI + 2,75%	dez-26	252.358
Total Debêntures				252.358
Caixa Consolidado				(485.323)
Dívida Líquida				(232.965)

Governança Corporativa

Conselho de Administração

A EPR Infraestrutura, em linha com o grupo EPR, tem o intuito em adotar as melhores práticas de governança corporativa no mercado por meio da futura instituição do Conselho de Administração. Atualmente, adota as mesmas práticas de governança corporativa de seus controladores.

O Conselho de Administração terá como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; eleger e destituir membros da Diretoria; convocar assembleia geral ordinária e extraordinária; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; entre outras atribuições.

Auditoria e Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Ernst & Young Auditores Independentes S/S. Ltda foi contratada para prestação dos serviços de auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da EPR Infraestrutura referente ao período entre 1º de junho de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da EPR Infraestrutura S.A. declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com as demonstrações financeiras relativas ao período de 1º de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2023. (ii) com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao período de 1º de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2023.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
EPR Infraestrutura PR S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EPR Infraestrutura PR S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 1º de junho (início das operações) a 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos de infraestrutura em construção

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 4.4 e 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A mensuração da infraestrutura em construção é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos de infraestrutura em construção como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como infraestrutura em construção e intangível; (ii) teste das adições da infraestrutura em construção para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos de infraestrutura em construção adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.4 e 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

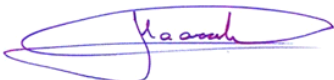
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F



José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC SP-198698/O

EPR Infraestrutura PR S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora	Consolidado	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora	Consolidado
		2023	2023			CIRCULANTE	2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	143	485.323	Fornecedores		2	65
Impostos a recuperar	6	39	546	Debêntures	9	1.478	1.478
Adiantamentos a fornecedores		-	57	Obrigações sociais		-	28
Total dos ativos circulantes		182	485.926	Obrigações fiscais	10	-	1.087
				Contas a pagar - partes relacionadas	12	61	5.811
				Total do passivo circulante		1.541	8.470
Investimento	7	499.860	-	Debêntures	9	248.314	248.314
Infraestrutura em construção	8	-	21.045	Total do passivo não circulante		248.314	248.314
		499.860	21.045				
Total do ativo não circulante		499.860	21.045	TOTAL DO PASSIVO		249.855	256.784
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	13	2.533	2.533
				Reservas de capital	13	250.717	250.717
				Prejuízos acumulados		(3.063)	(3.063)
				Total do patrimônio líquido		250.187	250.187
TOTAL DO ATIVO		500.042	506.971	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		500.042	506.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Demonstrações dos resultados do período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto pelo resultado por ação)

	Nota	Controladora 2023	Consolidado 2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	-	19.961
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		-	(19.961)
RESULTADO BRUTO		-	-
Gerais e administrativas	15	(3)	(2.757)
Equivalência patrimonial	15	(795)	-
PREJUÍZO OPERACIONAL		(798)	(2.757)
Receitas financeiras	16	172	3.114
Despesas financeiras	16	(2.437)	(2.577)
RESULTADO FINANCEIRO		(2.265)	537
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		(3.063)	(2.220)
Imposto de renda e contribuição social	10	-	(843)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(3.063)	(3.063)
Resultado por ação			
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$		(0,1073)	(0,1073)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes do período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2023	2023
PREJUÍZO DO PERÍODO	(3.063)	(3.063)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(3.063)</u>	<u>(3.063)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital Social Subscrito</u>	<u>Capital Social a integralizar</u>	<u>Capital Social integralizado</u>	<u>Reserva de Capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 1º DE JUNHO DE 2023		-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	13	5.133	(2.600)	2.533	250.717	-	253.250
Prejuízo do período		-	-	-	-	(3.063)	(3.063)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>5.133</u>	<u>(2.600)</u>	<u>2.533</u>	<u>250.717</u>	<u>(3.063)</u>	<u>250.187</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa do período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>	<u>2023</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do período	(3.063)	(2.220)
Ajustes de		
Juros e variações monetárias de debêntures	2.358	2.358
Equivalência patrimonial	795	-
Amortização do custo de captação	73	73
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(39)	(546)
Adiantamentos a fornecedores	-	(57)
Fornecedores	2	65
Contas a pagar - partes relacionadas	61	5.811
Obrigações sociais	-	29
Obrigações fiscais	-	244
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>187</u>	<u>5.757</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens da infraestrutura em andamento	-	(21.045)
Adições ao investimento	<u>(500.655)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(500.655)</u>	<u>(21.045)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Emissão de debêntures	250.000	250.000
Custo de transação das debêntures	(2.639)	(2.639)
Aumento de capital e reserva de capital	<u>(253.250)</u>	<u>(253.250)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>500.611</u>	<u>500.611</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>143</u>	<u>485.323</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	<u>-</u>	<u>-</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	<u><u>143</u></u>	<u><u>485.323</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Demonstrações dos valores adicionados do período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2023</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
RECEITAS		
Receita dos serviços de construção	-	19.961
	<u>-</u>	<u>19.961</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(3)	(96)
Custo dos serviços de construção	-	(19.961)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(2.595)
	<u>(3)</u>	<u>(22.652)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)	<u>(3)</u>	<u>(2.691)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado de equivalência patrimonial	(795)	-
Receitas financeiras	172	3.114
	<u>(623)</u>	<u>3.114</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>(626)</u>	<u>423</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	-	50
FGTS	-	4
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	-	858
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	2.431	2.431
Outras despesas financeiras	6	143
Prejuízo do período	(3.063)	(3.063)
	<u>(626)</u>	<u>423</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A EPR Infraestrutura PR S.A. (“EPR Infraestrutura” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 1º de junho de 2023, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjunto 65, sala 22, 6º andar, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo - SP.

A Companhia tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários estaduais e federais.

Segmento Operacional

A Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

2. Entidades do grupo

A tabela abaixo apresenta a participação da Companhia no quadro acionário total de sua controlada, bem como sua principal atividade.

<u>Controlada</u>	<u>Atividade principal</u>	<u>Contrato de Concessão</u>	<u>Data de término da concessão</u>	<u>Participação</u>	<u>% de participação</u>
EPR Litoral Pioneiro S.A.	Concessão de Rodovias	nº 02/2023	Fev/54	Direta	100%

Constituída em 1º de junho de 2023, a EPR Litoral Pioneiro S.A. (“Litoral Pioneiro”) tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado “BR-153/277/369 E PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855”, que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, nos termos do contrato de Concessão celebrado junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do Contrato de Concessão. A concessão tem prazo de 30 anos. A principal fonte de receita da Litoral Pioneiro será através da arrecadação da tarifa de pedágio, a qual foi iniciada no primeiro trimestre de 2024. A tarifa de pedágio poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de março.

A Companhia é detentora da totalidade das ações da Litoral Pioneiro.

3. Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“Grupo”), foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 15 de abril de 2024.

Todas as informações relevantes próprias da demonstração financeira, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

4. Políticas contábeis materiais

4.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras da controlada, conforme nota explicativa nº 2, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os resultados do exercício das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

Perda de controle e de influência significativa

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos, incluindo qualquer ágio, e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido, incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Ao perder influência significativa sobre uma coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas controladas pela Companhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

4.2 Receitas de contratos com clientes

O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho.

No período findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo reconheceu unicamente aos serviços de construção ou melhoria dos contratos de concessão que é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

4.3 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, que é mensurado inicialmente ao preço da operação, ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em três categorias:

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(iii) Desreconhecimento Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.4 Infraestrutura em construção

O Grupo reconhece em infraestrutura em construção vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão durante o período de construção, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, a infraestrutura em construção é mensurada pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Quando finalizado o período de construção, o ativo será transferido para ativo intangível. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo não possuía ativos intangíveis.

4.5 Capitalização de custos

Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção da infraestrutura em construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das debêntures atribuíveis a infraestrutura em construção, são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

4.6 Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, cauções contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominantemente ao imobilizado e execução de obras na rodovia.

4.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. O Grupo considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência.

As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 18.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

4.8 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura recebida e/ou construída pelo concessionário não é registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No caso do Grupo não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero.

4.9 Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

4.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

4.11 Capital social

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

4.12 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

4.13 Benefícios a empregados

Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.14 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, variações cambiais ativas, ganho com instrumentos financeiros derivativos e atualização financeira sobre habilitação de de PIS E COFINS. A receita de juros e ganho com instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos e variações monetárias sobre empréstimos, financiamento e debêntures, juros sobre atraso em pagamentos, juros sobre mútuo com partes relacionadas, despesas com IOF, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, despesas com obrigações de outorga, ajuste a valor presente de clientes, variações cambiais passivas, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), perda com instrumentos financeiros derivativos, atualização obrigação de compra de ações. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

4.15 Imposto de renda e contribuição social

(i) Lucro real

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(ii) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação da demonstração financeira individual.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda do Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria o Grupo a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

4.16 Tributos sobre prestações de serviços

Para o PIS e COFINS, o Grupo é enquadrado no regime não cumulativo, porém, para concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente.

4.17 Resultado por ação

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustadas por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição.

4.18 Demonstração de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo como parte integrante das demonstrações financeiras.

4.19 Procedimentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes.

Alterações no CPC 50 (IFRS 17), CPC 23 (IAS 8), CPC 26 (R1) e CPC 32 (IAS 12).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como:

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- IFRS 17 Contrato Seguros (equivalente ao CPC 50 - Contrato de Seguros) – é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguros, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação, que substitui o IFRS 04 (equivalente CPC 11). A norma se aplica a todos os contratos de seguro;
- Alteração IAS 8 Definições de estimativas contábeis - Esclarecimentos a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, além de esclarecer como entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. (equivalente ao CPC 23);
- Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2. - Orientações e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis (equivalente ao CPC 26 (R1));
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação - Alterações do IAS 12 – Estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos passivos de desativação. (equivalente ao CPC 32- Tributos sobre o lucro); e
- Reforma tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32- Tributos sobre o lucro) as alterações foram introduzidas em resposta as regras do Pilar Dois da OCDE sobre BPES e pode impactar o imposto diferido e necessidade de divulgação para entidade afetadas.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

4.20 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 16 - Passivo de locação em um Sale and Leaseback - Transação de venda retroarrendamento (equivalente CPC 06);
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordo de financiamentos de fornecedores (equivalente aos CPC 03 e CPC 40 (R1) respectivamente).
- Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>	<u>2023</u>
Banco conta movimento	60	716
Aplicações de liquidez imediata	83	484.607
	143	485.323

As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio do resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. Impostos a recuperar

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>	<u>2023</u>
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	39	546
Total	39	546

7. Investimento

a) Saldo

	<u>Controladora</u>
	<u>2023</u>
EPR Litoral	499.860
	499.860

b) Movimentação dos investimentos

	<u>EPR Litoral</u>
	<u>Pioneiro</u>
Aporte de capital	500.655
Equivalência patrimonial	(795)
Total do investimento	499.860

(i) A equivalência patrimonial corresponde ao período findo 31 de dezembro de 2023.

c) Composição do investimento

	<u>Capital Social</u>	<u>Participação</u>	<u>Total do ativo da controlada</u>	<u>Total do passivo da controlada</u>	<u>Resultado da controlada</u>	<u>Patrimônio líquido da investida em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>Investimento em 31 de dezembro de 2023</u>
EPR Litoral	500.655	100,00%	506.789	6.929	(795)	499.860	499.860

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Infraestrutura em construção

	<u>Obras em andamento</u>	<u>Adiantamentos a fornecedores</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de junho de 2023	-	-	-
Adições de infraestrutura (i)	19.961	1.084	21.045
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19.961	1.084	21.045

- (i) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, sendo a principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

9. Debêntures

<u>Série</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2023</u>
1ª emissão - Série única	250.000	CDI+2,75% a.a.	dez/26	252.358
				252.358
			Custo de transação	(2.566)
			Total	249.792
			Circulante	1.478
			Não circulante	248.314
			Total	249.792

A movimentação do período é como segue:

	<u>2023</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo inicial	-	-
Captações	250.000	250.000
Juros provisionados	2.358	2.358
Custo de transação	(2.639)	(2.639)
Amortização do custo de captação	73	73
Saldo final	249.792	249.792

Cronograma de amortização da dívida:

<u>Ano de vencimento</u>	
2026	248.314
	248.314

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantia fidejussória:

As debêntures contam com garantia fidejussória da acionista EPR 2 Participações S.A., na forma de fiança e sem benefício de ordem, nos termos da Escritura de Emissão.

A fiança pelos acionistas inclui (i) Alienação fiduciária de ações ordinárias e preferenciais de titularidade dos acionistas e da Companhia, representando 100% do capital social da Companhia, incluindo direitos e ativos relacionadas a estas ações; e/ou (ii) Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios da conta vinculada de movimentação restrita, denominada Conta Vinculada.

O acionista outorgante da fiança prestará as respectivas fianças, obrigando-se por si e seus sucessores a qualquer título, em caráter irrevogável e irretroatável, perante os debenturistas, na qualidade de fiador e principal pagador.

Covenants

A Companhia mantém em suas debêntures, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes as debêntures estão sendo cumpridas integralmente em 31 de dezembro de 2023.

10. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social na demonstração do resultado referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>	<u>2023</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.063)	(2.220)
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	<u>1.041</u>	<u>755</u>
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	(270)	-
Impostos diferidos não constituídos	(771)	(711)
Despesas permanentes indedutíveis	-	(827)
Total	<u>-</u>	<u>(843)</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	<u>-</u>	<u>(843)</u>
	<u>-</u>	<u>(843)</u>

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2023 os montantes de R\$ 567 e R\$ 204 referentes a ativos fiscais diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, em função da Companhia ser uma holding e, portanto, não possuir projeções de lucro tributável.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Obrigações fiscais

	<u>Consolidado</u> <u>2023</u>
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	118
Imposto de renda a recolher	613
Contribuição social a recolher	230
Outros	126
Total	1.087

12. Partes relacionadas

	<u>Controladora</u> <u>2023</u>	<u>Consolidado</u> <u>2023</u>
Passivo circulante		
EPR 2 Participações S.A.	61	5.811
	61	5.811

Os valores reconhecidos no passivo circulante referem-se a rateio de despesas com as mencionadas companhias e repasse dos custos iniciais do contrato de concessão da controlada Litoral Pioneiro.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023, subscrito e parcialmente integralizado é de R\$ 5.133, conforme demonstrado a seguir.

<u>Sócios</u>	<u>Quantidade de ações</u>		<u>Valor do capital</u>	<u>Percentual de participação</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>		<u>Votante</u>	<u>Total</u>
EPR 2 Participações S.A.	128.569.125	-	635	50,10%	25,05%
Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura – IE	128.055.875	256.625.000	1.898	49,90%	74,95%
Total	256.625.000	256.625.000	2.533	100,00%	100,00%

Em 1º de junho de 2023, a Companhia foi constituída com a subscrição de 100 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 100,00 reais, e a integralização de 10% do valor total dessas ações pelos acionistas.

Em 13 de novembro de 2023, foram subscritas 128.569.100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 128.569, subscrita pelo acionista EPR2, sendo que R\$ 1.286 desse montante foi destinado à conta de capital social e R\$ 127.283 destinado à conta de reserva de capital.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 13 de novembro de 2023, foram subscritas 128.055.800 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 128.056 e 256.625.000 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 256.625, subscritas pelo acionista Perfin Voyager, sendo que, do respectivo montante referente ao total de ações ordinárias e preferenciais subscritas, R\$ 3.847 foi destinado à conta de capital social e R\$ 380.834 destinado à conta de reserva de capital.

Até 31 de dezembro de 2023, foram integralizados R\$ 2.533 no capital social e R\$ 250.717 na reserva de capital. O saldo a integralizar deverá ser totalmente integralizado pelos acionistas até 31 de março de 2025, conforme previsto no estatuto social e boletins de subscrição.

Características das ações preferenciais

As ações preferenciais não conferirão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais, no entanto, conferirão aos seus titulares os seguintes direitos, além dos demais direitos previstos na Lei das S.A.: (i) prioridade na distribuição de dividendos, nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei das S.A.; e (ii) prioridade no reembolso de capital, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei das S.A.

b) Reserva de capital

Nesta reserva está registrado parte do valor das ações emitidas pela Companhia. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

14. Receitas

	Consolidado
	2023
Receita de serviços de construção	19.961
Receita bruta	19.961
Receita líquida	19.961

15. Custos e despesas por natureza

	Controladora	Consolidado
	2023	2023
Custos e despesas		
Com pessoal	-	(66)
Custos de serviços da construção	-	(19.961)
Serviços de terceiros	(3)	(96)
Outros	-	(2.595)
Total	(3)	(22.718)

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	172	3.114
	<u>172</u>	<u>3.114</u>
Despesas financeiras		
Encargos Financeiros	(2.358)	(2.358)
Amortização do custo de captação	(73)	(73)
Outras despesas	(6)	(146)
	<u>(2.437)</u>	<u>(2.577)</u>
Resultado Financeiro	<u>(2.265)</u>	<u>537</u>

17. Resultado por ação

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>	<u>2023</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(3.063)	(3.063)
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	28.548	28.548
Resultado básico e diluído por ação	<u>(0,1073)</u>	<u>(0,1073)</u>

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Visão Geral

O Grupo está exposto aos seguintes riscos:

Risco de crédito;
Risco de liquidez; e
Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2023	
	Controladora	Consolidado
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	143	485.323
Adiantamentos a fornecedores	-	57
	143	485.380

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Grupo.

O Grupo não possui em 31 de dezembro de 2023, passivos financeiros com risco de liquidação.

Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos, financiamentos e debêntures, mútuo e outras contas a pagar.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	11,65%	14,56%	17,48%	8,74%
Juros a incorrer - Debêntures	(38.719)	(46.268)	(53.817)	(31.170)
Receita de aplicações financeiras	17	21	25	13
Juros a incorrer CDI líquido	(38.702)	(46.247)	(53.792)	(31.157)

A Administração do Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para quotistas e credores.

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

A Classificação dos instrumentos financeiros mencionados no quadro acima, tem a seguinte definição:

	Hierarquia do valor justo	Classificação	Controladora		Consolidado	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	2	143	143	485.323	485.323
Adiantamentos a fornecedores	Nível 2	2	-	-	57	57
			<u>143</u>	<u>143</u>	<u>485.380</u>	<u>485.380</u>
Passivo						
Debêntures	Nível 2	1	249.792	249.792	249.792	249.792
Fornecedores	Nível 2	2	2	2	65	65
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	2	61	61	5.811	5.811
			<u>249.855</u>	<u>249.855</u>	<u>255.668</u>	<u>255.668</u>

Classificação 1 – Mensurados a valor justo por meio de resultado

Classificação 2 – Custo amortizado

19. Compromissos

A controlada Litoral Pioneiro tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas (“Frentes”). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divido nas Frentes, são:

- Frente de serviços iniciais – Até o 1º ano de concessão;
- Frente de recuperação e manutenção – Do 2º ao 5º ano de concessão;
- Frente de ampliação de capacidade – Do 3º ao 7º ano de concessão;
- Manutenção de nível de serviço – Do 1º ao 25º ano de concessão.

Além do estabelecido acima, a controlada Litoral Pioneiro também possui as seguintes obrigações:

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo Poder Concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio).
- Recursos vinculados: parcela retida da receita bruta da controlada em favor do Poder Concedente.
- Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio).
- Verba de segurança de trânsito: verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio).

Por fim, a controlada Litoral Pioneiro deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

Período	Valor
Do início do prazo do contrato até o 7º ano de concessão	610.940
Do 8º ano de concessão até o 27º ano de concessão	305.470
Do 28º ano de concessão até o final da concessão	610.940

20. Eventos subsequentes

Em 23 de março de 2024, a controlada EPR Litoral Pioneiro S.A. deu início à suas atividades operacionais com a geração de receita por meio da cobrança de pedágios.